

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.842 - RJ (2019/0330114-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852
LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439
LUANNA BARONE GIGLIO CORDEIRO - RJ174799
RECORRIDO : JOSE DOS SANTOS SOBRINHO
ADVOGADO : JANAINA ARAGÃO DA SILVA MEIRA DE SOUZA - RJ161469

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. COBRANÇA E TARIFA DE ESGOTO. CEDAE. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ESGOTO SANITÁRIO EM SUA TOTALIDADE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO PARA CONDENAR A RÉ À DEVOLUÇÃO DE 50% DOS VALORES COMPROVADAMENTE PAGOS PELO AUTOR, NA FORMA SIMPLES. IRRESIGNAÇÃO DA RÉ.

1. Não se conhece da parte do recurso de apelação que requer a apreciação do agravo retido, uma vez que a referida peça não existe nos presentes autos. Observa-se a interposição de Agravos de Instrumento efetivamente apreciados.

2. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao caso em comento. Enunciado nº 254 da Súmula deste Tribunal.

3. Legitimidade passiva da CEDAE corretamente reconhecida pelo juízo de primeiro grau.

4. Laudo pericial conclusivo no sentido de que o serviço de esgoto sanitário não é realizado no lugar onde está localizado o imóvel do autor, sendo os dejetos recolhidos por intermédio das galerias de águas pluviais (GAP). Cobrança da tarifa em 50% do valor do serviço. Precedentes desta Câmara.

5. Prescrição decenal. Aplicação do enunciado nº 412 da súmula do STJ. Inteligência do contido no art.205 do Código Civil.

6. Cobrança cuja natureza é de preço público. Precedentes do STF. Nessa perspectiva, deve haver a sua completa contraprestação pela concessionária, ou seja, deve ela prestar - de forma inequívoca - o serviço pelo qual vem cobrando, na sua completude.

7. *Inadmissível a cobrança integral da tarifa de esgotamento sanitário quando o serviço é prestado parcialmente.*

8. *A questão discutida pelo STJ no julgado paradigma (REsp 1.339.313/RJ) consiste na possibilidade de cobrança de tarifa de esgoto nos casos em que a concessionária não presta todas as etapas do serviço. No presente acórdão, a matéria refere-se ao quantum devido pelo consumidor à ré, não sendo afastado o direito desta de cobrar valores pelo serviço de esgotamento sanitário. Não se discute, no caso, o an debeatur, mas sim o quantum debatur, de modo que não se vislumbra a existência de divergência entre o entendimento adotado por esta Câmara e a orientação do Superior Tribunal de Justiça fixada no REsp nº 1.339.313/RJ.*

9. *Manutenção da sentença.*

10. **CONHEÇO PARCIALMENTE O RECURSO E, NESTA EXTENSÃO NEGO-LHE PROVIMENTO.** (fls. 493-494)

Em suas razões recursais, a recorrente alega violação aos arts. 489, § 1º, 927 e 1.022, II, do NCPC; 373, II, 543-C, *caput* e § 7º, do CPC/73; 3º da Lei 11.445/07 e 9º do Decreto 7.217/10; e 206, § 3º, IV, do Código Civil de 2002, sustentando, em síntese, além de negativa de prestação jurisdicional, a legalidade da cobrança da tarifa de esgoto, a prescrição trienal da devolução de valores a esse título cobrados, bem como a parte recorrida não ter comprovado os fatos constitutivos do seu direito, além do descabimento da repetição de indébito.

Aduz, ainda, a necessidade de concessão de efeito suspensivo ao apelo especial.

É o relatório.

Depreende-se dos autos que o recurso especial interposto discute sobre a prestação e a cobrança por serviço público, por meio de tarifa de esgoto.

Nos termos do art. 9º, *caput*, do RISTJ desta eg. Corte Superior, a competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em razão da natureza da relação jurídica litigiosa que, no presente caso, indica a competência de uma das Turmas que compõem a Primeira Seção, conforme orientação do RISTJ, art. 9º, X e XIV.

Aliás, registre-se que a matéria já foi objeto de análise, pelas Primeira Seção, em sede de recurso repetitivo, senão vejamos:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA.

LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.

1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.

2. À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.

3. Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.

4. O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.

5. A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp 1.330.195/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04.02.2013;

REsp 1.313.680/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 29.06.2012; e REsp 431121/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 07/10/2002.

6. Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.

7. Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ."

*(REsp 1339313/RJ, Rel. **Ministro BENEDITO GONÇALVES**, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 21/10/2013, g.n.)*

Diante do exposto, determino a redistribuição deste feito a um dos eminentes

Superior Tribunal de Justiça

Ministros que compõem a eg. Primeira Seção.

Cumpra-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator